

# DESLOCAMENTO E ALTERIDADE: A ASSOCIAÇÃO DA DISTÂNCIA E DA VIAGEM COM O ESTRANHO E O MARAVILHOSO ENTRE OS ANTIGOS EGÍPCIOS

Ciro Flamarion Cardoso \*

## **Resumo:**

*Os egípcios antigos tinham uma visão fortemente espacial do mundo e de sua posição nele, que viam como de supremacia. O Egito, parte organizada do universo formada pela intervenção criadora do deus criador, era a sede da verdadeira humanidade, cercada por terras caóticas, hostis, que incluíam os desertos próximos, mas também terras estrangeiras mais distantes, quando seus habitantes não aceitassem a autoridade do faraó egípcio. As representações respectivas se mantiveram ao longo dos séculos, mas a constituição de um Império egípcio entre os séculos XVI e XI a.C. trouxe algumas mudanças, causadas, sobretudo, por ser, agora, o contato dos egípcios com povos estrangeiros bem mais habitual. Os textos e a iconografia do período imperial permitem constatar tanto continuidades quanto diferenças no modo egípcio de encarar os estrangeiros.*

**Palavras-chave:** *Egiptologia; relações internacionais; espacialidade; percepção egípcia dos estrangeiros; Período Imperial do Egito faraônico.*

## **Antigo Egito e espacialidade**

A configuração espacial *sui generis*, característica do antigo Egito, originou a hipótese do *caging effect* ou “efeito de confinamento”, devida a Michael Mann. Com a desertificação saariana, completada no terceiro milênio a.C. tanto no que veio a ser o deserto Líbico quanto no que se transformou no deserto Árábico, a população considerável do antigo Egito,

---

\* Professor titular de História Antiga e Medieval da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (Ceia/UFF) e do Programa de Pós-graduação em História (PPGH/UFF).

a partir de então, ficou confinada no Delta do Nilo, na estreita fita fértil do Vale e em uns poucos oásis ocidentais – uma população que, no Reino Novo (segunda metade do segundo milênio a.C.), talvez chegasse a três milhões de habitantes, garantindo uma densidade populacional alta para os padrões da Antiguidade próximo-oriental. Essa circunstância permitiu que o Estado faraônico, mediante um quase monopólio da navegação do Nilo, conseguisse um grau de controle sobre seu território e respectivos súditos que excedia o de outros governos pré-modernos dotados de meios de ação comparáveis. Paralelamente, favoreceu o surgimento de um país com fortes idiossincrasias em seu modo de ser e de se organizar, daí derivando uma percepção muito peculiar do espaço (MANN, 1982, p.110-4).

Os próprios egípcios percebiam seu país dividido em dois espaços: o Egito propriamente dito, por sua vez duplo (Alto e Baixo Egito) ou “terra negra”; e a “terra vermelha” ou deserto. Pode-se afirmar que a oposição “terra negra”/“terra vermelha” distinguia o *espaço permanentemente ocupado* pelos egípcios – coberto por seus campos e cidades – e o *espaço esporadicamente ocupado* pelos mesmos, por meio de campanhas militares punitivas contra as tribos do deserto e de expedições que demandavam as pedreiras e minas situadas no deserto e no Sinai, ou os portos do mar Vermelho: com efeito, não havia assentamentos egípcios permanentes em tais regiões, somente acampamentos temporários. Por tal razão, os empreendimentos de mineração ou para obter pedra tomavam a forma de expedições aventureiras, em parte militares (ROTHENBERG et alli, 1979). Nota-se, então, uma alteridade percebida já em terrenos muito próximos daqueles que continham o grosso da população, já que a oposição terra negra/terra vermelha se interpretava como outra oposição: mundo ordenado/mundo caótico. Poderíamos completar essa forma de encarar o espaço lembrando uma terceira modalidade: o *espaço externo anexado pelas armas* na Núbia e na Síria-Palestina: no primeiro caso, desde o terceiro milênio a.C.; no segundo, a partir, sobretudo, do Reino Novo. Conhecem-se melhor, agora, as formas da organização espacial no contexto da expansão “imperial” do Egito (KEMP, 1978, p.7-57; MANLEY, 1996, partes 3 e 4). Quanto à oposição entre Alto e Baixo Egito, que conformava o caráter duplo do reino dos faraós, suas bases eram históricas, mas também demográficas – ou seja, estavam ligadas a uma distribuição desigual das concentrações populacionais – e ecológicas, em função das diferenças de meio ambiente entre o Vale e o Delta do Nilo.

Na dependência de tais contrastes ecológicos, demográficos e históricos, a geografia do Egito, na época faraônica, confirma a oposição entre Vale

e Delta. Este último era, tradicionalmente, zona de colonização rural num movimento que durou muitos séculos, contava com os melhores vinhedos e colmeias, com as pastagens mais extensas – sabemos que os rebanhos do Vale tinham direito de transferir-se sazonalmente ao Delta, num processo de pecuária transumante, em plena fase de luta contra os hicsos; e que um funcionário importante do Alto Egito, sob a XVIII dinastia, mantinha rebanhos no Delta. Também no Baixo Egito ficava o centro metalúrgico mais famoso do país – Mênfis – e o mais renomado em produção têxtil – Sais (KUÉNY, 1951, p.84-93; LEAHY, 1978, p.19-20; HAYES, 1951, p.35-40, 82-104, 156-83, 231-42; EL-SAYED, 1975; NEWBY, 1980, p.20-1; SETHE, 1906, parágrafo 73). Quanto ao Alto Egito, era ao sul que apresentava a maior concentração demográfica e agrária, devido à presença, na região entre Gebel es-Silsila e Kift, de tanques irrigáveis menores e mais manejáveis. Entre Kift e a outra zona muito povoada em torno de Mênfis e do Fayum, em especial na margem ocidental do Nilo, os tanques, demasiado extensos, exigiam maior esforço e melhores técnicas para se tornarem utilizáveis, razões pelas quais foi tardia – e instável – a ocupação densa nessa faixa (BUTZER, 1976, cap. 6 e 8). O Alto Egito continha, no conjunto, a maior densidade agrária e populacional, o que deve ter influído no fato de que daquela região partisse o impulso para a primeira unificação política do Egito, completada por volta de 3100 a.C. Sem destruir essa constatação, as pesquisas recentes a atenuaram, no sentido de terem encontrado aglomerações relativamente importantes no Delta desde o Pré-Dinástico. Em suma:

*Distinguem-se três “eco-zonas” maiores no Egito: o Delta, o Fayum e o vale do Nilo. Este último divide-se, por sua vez, em dois grandes conjuntos: (1) a Tebaida, de Assuã até o antigo centro religioso de Abydos, sendo que quase não há terra cultivável entre Assuã e as pedreiras de grés de Gebel es-Silsila; (2) o Médio Egito, que vai de Abydos aproximadamente até Mênfis, ao norte, onde os cultivos se estendem ao longo da margem esquerda, graças ao Bahr Yusef, que flui para o norte paralelamente ao Nilo e desemboca no Fayum.* (MANNING, 2002, p.617-8)

Se passarmos, agora, a examinar os aspectos especificamente agrários da organização do espaço, é interessante notar de saída um fato, só na aparência contraditório: apesar do caráter maciçamente rural do antigo Egito e da abundante iconografia agrária, não dispomos de representações

de aldeias, salvo um caso, mesmo assim duvidoso, da época de Amarna (segunda metade do século XIV a.C.) [ALDRED, 1973, p.140, fig.64]. A contradição é só aparente e se esclarece, se considerarmos a origem social das representações iconográficas rurais. Estas últimas se encontram nas paredes das tumbas de funcionários, aos quais os camponeses interessavam tão somente na qualidade de mão-de-obra ou de contribuintes ao fisco, e não nos aspectos privados de sua organização social (e espacial).

A terra cultivável do Egito era dividida em duas grandes categorias em documentos do Reino Novo: *kheru* ou “terra baixa” e *nekheb* ou “terra alta”, termos que designavam, respectivamente, o solo que nunca deixava de receber a inundação e o terreno normalmente produtivo, mas que, em anos de cheia insuficiente, podia ficar a seco (KEES, 1961, p.53-4). O Encantamento n. 317 dos *Textos dos sarcófagos* mostra que o princípio dessa distinção já era percebido com clareza no Reino Médio (DE BUCK, 1935-1941, p.119-21; FAULKNER, 1973, p.241-2). Uma terceira categoria estava constituída pelas ilhas (*iuu*) que o rio forma ocasionalmente, ao baixarem as águas: funcionavam como “terra baixa” – e sabemos que eram consideradas, por definição, propriedade direta do faraó [LANGE, 1925, p.26-7 (Amenemope 1,17)].

A organização econômica dos domínios rurais egípcios tinha uma nítida configuração espacial. Os campos cultivados de linho e cereais, junto ao rio, nos tanques periodicamente inundados, distinguiam-se dos vergéis, vinhedos e jardins situados em lugares mais elevados, dependentes de irrigação artificial (manual ou mediante o *shaduf*). E a zona agrícola, em seu conjunto, por sua vez, opunha-se aos pântanos – região de criação de gado (sendo que agricultura e pecuária eram rigorosamente separadas na administração rural em todas as fases da História faraônica), de caça e pesca – e às zonas desérticas, a que os domínios rurais também enviavam caçadores. Com frequência, a aparência física e a indumentária dos pastores e caçadores são diferentes, na iconografia, daquelas dos camponeses, refletindo o dado de que fossem recrutados muitas vezes entre as tribos do deserto (ALDRED, 1973, p.147; VERCOUTTER, 1970, p. 236-9).

As unidades relativamente importantes de produção e aquelas que podemos chamar efetivamente de grandes, no âmbito da exploração rural – seja que pertencessem pessoalmente ao rei ou a seus familiares, a órgãos do Estado, aos templos, a funcionários (em caráter de propriedade “de função” ou de propriedade familiar transmissível) ou a outras pessoas –, não formavam um bloco único (cada uma delas), mas sim se dividiam em múltiplos domínios (cada um

dos quais podendo ser bem pequeno), às vezes espalhados por todo o Egito. As razões disso parecem ter sido, por um lado, aproveitar recursos regionalmente variáveis, por outro, compensar falhas locais da colheita com bons resultados obtidos em outras partes do país (VERCOUTTER, 1970, p.236).<sup>1</sup>

Baseando-se principalmente no Papiro Wilbour (século XII a.C.), David O'Connor tentou definir uma “topografia dos assentamentos” no Egito do Reino Novo. Suas conclusões, que exigiriam uma comprovação bem mais ampla, indicam um papel ativo do Estado na organização do espaço:

*Os dados [do Papiro Wilbour] revelam, então, duas concentrações densas, predominantemente de agricultores, em torno das capitais dos nomos de Ninsu e Hardai. Entre tais concentrações, está uma região com uma população menor, mais dispersa, que se ocupava principalmente em fazer pastar os animais. Não há diferenças conhecidas de solo, vegetação, etc. que pudessem explicar tal distribuição, que pode, portanto, ter resultado de uma política deliberada. O controle estreito do governo nacional sobre a agricultura e a pecuária (...) tinha como objetivo não só assegurar um abastecimento adequado de alimentos para a população local, como também produzir um excedente, recolhido anualmente em forma de impostos, que ficava à disposição do Estado. Seria claramente mais conveniente ter os produtos mais pesados, como os cereais, produzidos perto dos centros principais de coleta fiscal, tais como as capitais dos nomos [...]. (O'CONNOR, 1972, p.695-96)*

O autor arrola outras razões para uma organização desse tipo – controle dos recursos humanos para a corveia ou o serviço militar, preferência da maioria dos habitantes do campo por estar perto de cidades, interesses dos cidadãos que possuíssem propriedades rurais, etc. – e termina generalizando suas ideias para “a maior parte do Alto Egito”.

A separação entre cidade e campo é o fundamento inicial de toda divisão social do trabalho (SOUTHALL, 1998, p.15). Por tal razão, embora sejam muitas as categorizações do fenômeno urbano, é imprescindível, para considerar como urbana uma aglomeração, que, dentre os seus habitantes, uma parte, pelo menos, não se dedique a atividades rurais.

Uma definição de cidade especificamente cunhada para aplicar-se ao antigo Egito é a seguinte: “uma localidade central dos pontos de vista geográfico

e cultural, exercendo um controle político regional, com uma população relativamente grande e densa, uma divisão complexa do trabalho e estratificação social interna” (HOFFMAN; HAMROUSH; ALLEN, 1986, p.175).

John Wilson publicou, há tempos, um artigo, cuja influência foi considerável por várias décadas, em que qualificava o Egito faraônico de “civilização sem cidades” (WILSON, 1960, p.124-64). Desde então – e, sobretudo, a partir da década de 1970 –, enormes progressos foram feitos na História Urbana egípcia, tanto no tocante à publicação de escavações e ao uso sistemático das fontes escritas quanto à elaboração de estudos críticos e, às vezes, teorizados. O Reino Novo (1540-1069 a.C.) é, de longe, o período mais bem documentado e estudado no concernente a esta área de pesquisas egiptológicas.<sup>2</sup> Mesmo sendo verdade que, no conjunto, uma parcela da população total do Egito antigo – bem menor do que o que ocorria na Mesopotâmia antiga – viveu em cidades durante a Antiguidade faraônica, o fenômeno urbano, iniciado já no Período Pré-Dinástico – tendo início no Sul do Vale do Nilo egípcio e expandindo-se depois para o Norte, até o Delta –, não pode ser escamoteado. Ele teve, no Egito, fortes especificidades, por ter chegado, após origens lentas e descentralizadas (mesmo no terceiro milênio a.C., aristocracias locais tiveram considerável influência sobre alguns dos processos de urbanização), a um desenvolvimento maior já sob a égide de um Estado unificado, que, entre os egípcios, surgiu meio milênio antes do que no Sul da Mesopotâmia. É assim que, no antigo Egito, foram relativamente frequentes as cidades implantadas pelo Estado deliberadamente como centros administrativos e de armazenagem de produtos agrícolas, algumas delas habitadas quase exclusivamente por funcionários, artesãos empregados em manufaturas estatais e sacerdotes vinculados a um ou mais templos. As aglomerações urbanas do antigo Egito podiam variar muito no tocante ao seu tamanho: assim, a pequena cidade funerária da rainha Khentkaues, em Giza, apresentava uma extensão de somente 0,65 hectares; Elefantina, importante cidade fronteira, tinha só 4,5 hectares de superfície, em contraste com os 460 hectares de Mênfis. Sem abalar de verdade os dados sobre uma prioridade demográfica e política do Vale, as pesquisas arqueológicas recentes no Baixo Egito revelaram centros populacionais, alguns deles claramente urbanos, bastante consideráveis.<sup>3</sup>

A relação entre cidade e campo no Egito faraônico ganha, se for percebida numa perspectiva englobante, num *meio histórico* marcado por determinadas estruturas econômico-sociais. Sendo o Egito dos faraós como era, a presença do rural no urbano de diversas maneiras – silos, estábulos, estrebarias, eventualmente hortas e pomares, etc. – era uma necessidade, dado o caráter fortemente

natural da economia e a necessidade permanente de acesso a elementos provenientes do campo. Esse fator tinha de ser levado em conta ao estabelecer-se uma cidade, planejada ou não. Nos casos em que os bens de origem rural não pudessem ser armazenados dado seu caráter perecível, outra relação entre campo e cidade se estabelecia: camponeses iam e vinham, diariamente, entre a zona rural e a urbana, carregados de provisões. Uma das funções das muralhas que cercavam as aglomerações urbanas egípcias, mesmo em circunstâncias em que inexistia a necessidade de defesa, podia ser, exatamente, o controle dos órgãos locais de poder sobre esse e outros fluxos de entradas e saídas.

Os antigos egípcios, desde o terceiro milênio a.C., se não antes, empreenderam viagens marítimas e construíram barcos adequados para as mesmas. Apesar disso, enquanto a navegação fluvial e o rio Nilo eram elementos integrados ao cotidiano e à espacialidade enxergada como “natural” do país, o mar tendeu a aparecer por muito tempo, na visão de mundo egípcia, como algo estranho e, em princípio, hostil. No Reino Médio, isto é, na primeira metade do segundo milênio a.C., a obra de ficção dotada de conotações marítimas (no caso, relativas ao mar Vermelho) mais marcantes – o *Conto do naufrago* ou *A ilha da serpente* – centra-se num naufrágio. Muitos séculos depois, no período Raméssida do final do segundo milênio a.C., as adaptações egípcias dos mitos da Ásia Ocidental sobre o deus do mar, Yam, mostram-no como uma força caótica, arbitrária, excessivamente exigente e oposta às outras entidades divinas.<sup>4</sup> É preciso chegarmos à que é, talvez, a última em data das obras literárias importantes do Reino Novo, *O relatório de Unamon*, para que tenhamos, por fim, a impressão de uma integração mais cabal dos motivos do mar e da viagem marítima ao próprio núcleo da visão de mundo egípcia.<sup>5</sup>

### **A percepção egípcia tradicional acerca dos países estrangeiros e de seus habitantes**

À primeira vista, não pareceria haver dúvida de que o Egito faraônico configurasse o que é chamado de etnia. Os egípcios chamavam a si mesmos de *remetjet* – que significa “seres humanos”, o que acontece com muitos grupos étnicos conhecidos, os quais reservam à percepção de si mesmos a noção de uma humanidade cabal. Concomitantemente, os estrangeiros eram depreciados. Em sua segunda estela núbica fronteiriça, em Semna, eis o que tinha a dizer o faraó Senusret III, ao referir-se aos núbios por volta de meados do século XIX a.C. (aprox. 1862 a.C.):

[...] o núbio cairá ao ouvir uma palavra daquele que lhe responde e recuará. Quando alguém é agressivo contra ele, ele dá as costas fugindo; recua e ele se torna agressivo. Estas não são pessoas que mereçam respeito: são uns seres desprezíveis, sem ânimo. Minha Majestade viu isto, não se trata de uma afirmação sem fundamento: pois eu saqueei as suas mulheres, levei os seus habitantes, cheguei até os seus poços (do deserto), carreguei o seu gado, arranquei o seu cereal e o incendiei.<sup>6</sup>

Estariamos, portanto, diante de um caso clássico da construção da identidade étnica mediante contraste com “o outro”, a alteridade. Algo disso está presente, obviamente. E, no entanto, nas representações dos “Nove Arcos” – inimigos e agentes da desordem cósmica que o faraó do Egito devia massacrar como parte de sua função de manter a ordem do universo, cuja lista variava conforme as circunstâncias históricas –, ao lado de sete representantes dos povos estrangeiros, podiam aparecer, também um egípcio do Sul e outro do Delta! Notaremos algo análogo, se observarmos os chamados “Textos de Imprecação” (ou “Textos de Execração”), escritos em figurinhas e, depois, em vasos que eram quebrados ritualmente, os quais continham encantamentos mágicos destinados a paralisar e destruir os inimigos do rei; neles, de novo, egípcios podem aparecer ao lado dos estrangeiros como possíveis agentes do caos e da desordem, como, aliás, também se infere de passagens dos *Textos das pirâmides*. Isso constitui algo tão difícil de integrar em termos de uma discussão da identidade étnica do antigo Egito que, diante de uma representação que consta da arma cerimonial do rei Escorpião, nas origens da unificação egípcia, por volta de 3100 a.C., na qual, ao lado de outras cenas, aparecem diversas imagens da ave que servia para escrever o nome que designava os plebeus egípcios – *rekhyt* –, figurada morta, enforcada e pendente de estandartes de distritos, houve egiptólogos que teorizaram, sem base alguma, que, naquela época remota, o termo *rekhyt* não fosse aplicável aos egípcios, mas sim aos líbios, ou a gente do Delta miscigenada com líbios... (BIERBRIER, 1999, p.65; SHAW; NICHOLSON, 1995, p.94-5, 203, 244; VALBELLE, 1990).

Uma vez conscientes de ser preferível, teórica e metodologicamente, uma visão processual e interativa das identidades étnico-culturais, ao buscarem uma alternativa concreta, muitos estudiosos a enxergaram no conceito de *fronteira étnica*, elaborado por Fredrik Barth, em 1969.

Barth priorizou, nos processos de identificação, a vontade de marcar os limites entre “nós” e “eles”, o que leva a definir e manter a “fronteira étnica”. Esta pode ou não coincidir com fronteiras geográficas, ter ou não correspondências territoriais: isso não é essencial. Outrossim, aquilo que define as inclusões e exclusões que estabelecem tal fronteira, pode, perfeitamente, variar no tempo, em função de mudanças nas interações sociais internas e externas. A grande inteligência de Barth consistiu em perceber que a fronteira étnica depende da cultura, utiliza a cultura, mas não é idêntica a esta última tomada em seu conjunto. Dois grupos sociais vizinhos, muito parecidos culturalmente, podem chegar a considerar-se completamente diferentes e excludentes do ponto de vista étnico, opondo-se à base de um único elemento cultural isolado tomado como critério. O que é basicamente uma mesma cultura pode ser instrumentalizado de modos diferentes ou opostos em estratégias distintas de identificação. E a identificação étnico-cultural pode acomodar, sem dificuldade, considerável heterogeneidade entre os participantes – mas não quanto aos elementos culturais escolhidos para o estabelecimento da fronteira étnica.

Eis aqui, então, o critério principal recomendado por Barth: um papel central deve ser concedido, na análise, àqueles elementos culturais selecionados (variáveis no tempo) que, para o próprio grupo, delimitem a fronteira étnica – isto é, os elementos que definam a inclusão/exclusão na etnia do grupo em questão (BARTH, 1998, p.185-227).

Esse modo de ver permite, certamente, incluir numa mesma etnia agrupamentos humanos portadores, eventualmente, de grandes diferenças culturais; e, quanto às semelhanças culturais que houvesse, apareceriam mais como consequências da existência da fronteira étnica assim definida do que como causas ou elementos de diagnóstico dela. Em outras palavras, etnia e cultura não são expressões sinônimas ou coextensivas: a etnia constitui algo menos vasto do que a cultura tomada em sua totalidade, ao definir somente uma forma *específica* de inserção institucional, cuja importância é, sem dúvida, enorme no relativo à autodefinição de uma identidade grupal em contraste com outras encaradas como diferentes. A autopercepção étnica e a relevância conjunturalmente maior ou menor atribuída à identidade étnica dependem, historicamente, de múltiplos fatores, variáveis no tempo: aqueles, muito especialmente, que sublinhem contrastes ou ameaças externos diante dos quais reajam os membros da etnia em questão. As reações, aliás, podem dar-se de maneiras variadas.

No caso do Egito faraônico, a interpretação dos dados disponíveis já apontados poderia ser a seguinte: existia uma fronteira étnica claramente definida, como sempre variável no tempo em seus elementos, a separar os egípcios dos povos com os quais entravam em contato. Apesar das mudanças no modo de o fazer, houve também elementos constantes na definição de tal fronteira (por exemplo, o contraste dos costumes funerários egípcios com os dos outros grupos, ou o caráter único atribuído à monarquia faraônica quando comparada com outras monarquias, aparecem em textos de todos os períodos). No entanto, o faraó – divino – era encarado como substancialmente distinto em sua divindade, tanto dos egípcios quanto dos demais. Ele era, por herança, o dono do universo e o mantenedor da ordem cósmica, devendo fazê-lo contra quaisquer eventuais agentes do caos e da discórdia, egípcios ou estrangeiros. Em outras palavras, assim definidas as coisas, os egípcios viam-se como superiores aos demais por conter o seu país a sede da monarquia divina faraônica; mas, de certo ponto de vista, o faraó *não era um egípcio*: como deus, pairava muito acima dos próprios egípcios e, com maior razão, dos não-egípcios considerados inferiores. Tal teoria da superioridade egípcia e do faraó herdeiro do cosmo funcionava como uma eventualidade legítima e a presunção de que as iniciativas do Egito a respeito seriam sempre vitoriosas; cabia aos reis egípcios, entretanto, transformar tal eventualidade em algo palpável, estendendo as fronteiras egípcias concretas.

Se tomarmos como exemplo a Ásia ocidental, verificaremos que, na primeira metade do segundo milênio a.C., o deslocamento temporário de egípcios a serviço do rei para aquela região era encarado como algo extremamente perigoso – se bem que, sem dúvida, o caráter satírico da fonte que o afirma deve sublinhar o perigo mais do que o fazia um escrito de outro gênero. Falamos de um documento originado no Reino Médio, mas só conservado em cópias posteriores, conhecido como “Sátira das profissões”, que inclui a de “correio (real)”: “O correio vai para o estrangeiro depois de entregar sua propriedade a seus filhos, temendo os leões e os asiáticos. Ele só se (re) conhece (de novo) quando volta para o Egito” (SIMPSON, 1973, p.133).

Caso continuemos com o exemplo asiático, os escritos egípcios a respeito apresentam ambiguidades em seu valor documental – se tomarmos o *Conto de Sanehet*, o mais conhecido dos documentos egípcios do período pré-imperial dentre os que se referem à Palestina (trata-se de texto que não resulta de testemunha ocular; mesmo assim, fornece informações autênticas), sendo, mesmo, a mais detalhada fonte escrita que ofereça uma

descrição da Palestina no início da etapa média da Idade do Bronze, bem como das relações do Egito com tal região à época (KOCH, 1990). O que permite afirmá-lo é, por um lado, a compatibilidade dos dados contidos no texto com os conhecimentos obtidos mediante escavações arqueológicas. Mas há também um outro elemento de controle: a descrição fiel, no conto, de instituições existentes, na Era do Bronze, em diversas das culturas de língua semita da Ásia ocidental, mas não no Egito.

Assim, constatamos em B 78 (e, de novo, em B 107-108) que Sanehet diz, a respeito de Ammunenshi: “Ele me pôs adiante (até) de seus próprios filhos”. Segundo Cyrus Gordon, deve entender-se tal afirmação num sentido muito forte, ou seja, que Sanehet, tornado genro do chefe palestino, foi equiparado aos filhos do último *como chefe deles*, ou seja, adquirindo o direito de primogenitura: ao se acolher um estrangeiro como genro (B 78-79: Ammunenshi deu a Sanehet sua filha mais velha), ele se torna membro da família de sua esposa. A primogenitura de Sanehet teve, como consequência, ver-se confiar o governo e o usufruto de uma parcela de sua própria escolha dos bens do sogro (B 79-81). O casamento em questão foi do tipo que os assiriólogos chamam de matrimônio *erêbu*: Sanehet se juntou à família da noiva e viveu com sua esposa nos domínios do sogro. Assim sendo, ao decidir regressar ao Egito, perdeu o direito à própria esposa e teve de entregar os seus bens ao filho mais velho (GORDON, 1987, p.43-4).

O aspecto tribal é enfatizado no texto, talvez por seu exotismo para o público egípcio. Mas a fonte mostra já os primeiros passos de um processo que ficaria claro (arqueologicamente e mediante certos documentos escritos egípcios conhecidos como Textos de Imprecação) no século seguinte, isto é, o esboço de um movimento parcial de sedentarização e de concentração do poder que desperta forte oposição entre os beduínos. De fato, lê-se em B 99-101 que Sanehet foi feito “comandante do exército” de Ammunenshi (*tjesu ne mesha.f*), numa terminologia militar egípcia que indica tratar-se de um verdadeiro exército, e não de uma tropa tribal. E sua função como comandante militar foi, exatamente, reprimir os nômades rebeldes. Os asiáticos tribais rebeldes são tratados por Sanehet, na sua qualidade de general de exército, de modo análogo a como agiam os faraós (teoricamente, mas, por vezes, também na prática), ao “massacrar” ou “espezinhar” povos tribais.

Do ponto de vista da organização textual, as personagens que tomam, de fato, a palavra, nas passagens pertinentes, são egípcias: Sanehet e o rei; Ammunenshi, o sogro asiático de Sanehet, só comparece com frases curtas

que dão o pretexto a tiradas bem mais longas de Sanehet. Ora, as falas dos egípcios, em relação aos asiáticos e à comparação de seus modos de vida e suas concepções com os do Egito, incluem, em primeiro lugar, a constatação do que hoje seria chamado de “alteridade cultural”: uma concepção similar à de Heródoto, no século V a.C., ao contrastar os costumes gregos com os egípcios (Heródoto, livro II, capítulo 35).<sup>7</sup> Sanehet pareceu impressionado com o uso do leite para cozinhar pelos palestinos, coisa que não se fazia no Egito (B 27, B 91-92). Nas comparações, a Ásia sai sempre perdendo: as coisas e maneiras egípcias são superiores, tanto para Sanehet como para o rei. Assim, o rei, em seu decreto relativo ao retorno de Sanehet ao Egito, compara desfavoravelmente o costume asiático de enterrar os mortos numa pele de carneiro e num túmulo (ou seja, uma fossa acima da qual se erigia uma pilha de pedras) com o elaborado funeral egípcio (B 191-198); e, numa fala a Sanehet (B 258-259) após a volta deste ao Egito, menospreza um funeral em que o cadáver de um egípcio fosse escoltado por asiáticos. O próprio Sanehet aspira ao funeral e à necrópole à maneira egípcia (B 159, B 300-309). E, ao descrever como, em sua volta à corte, retomou o aspecto de um homem egípcio, usa expressões como: “Minha má aparência foi devolvida ao país estrangeiro, minhas roupas aos beduínos. (...) Devolvi a areia aos que nela residem, o azeite de árvore aos que com ele se untam” (B 291-293).

### **Continuidades e elementos novos na construção da alteridade e da imagem dos estrangeiros no Reino Novo (1550-1069 a.C.)**

Não cabe dúvida de que o esquema geral da construção étnica pela alteridade se tenha mantido, no Egito faraônico, no Reino Novo (1550-1069 a.C.), período imperial por excelência da História dos antigos egípcios. No entanto, há especificidades a considerar. A ocupação de uma parte do país pelos asiáticos hicsos vindos da Palestina, os quais se mantiveram – mostra-o a Arqueologia – como etnia separada em seu reino do Delta, centrado em Avaris (séculos XVII-XVI a.C.), submetendo o resto do Egito a um domínio indireto e tributário, pusera os egípcios, em sua própria terra, em contato prolongado e cotidiano com estrangeiros asiáticos numerosos pela primeira vez em sua História. Desde o III milênio a.C., existira uma presença egípcia permanente no vale nilótico ao Sul do Egito (Uauat, Kush), a qual se interrompeu passageiramente na época dos hicsos, havendo, então, um reino núbio independente. Mas os núbios eram um

povo que apresentava um nível tecnológico menos complexo que o dos egípcios, enquanto o contrário era verdade, até então, no relativo aos asiáticos da Síria-Palestina, que, outrossim, conheciam, como o antigo Egito, grandes densidades populacionais e a vida urbana em cidades dotadas de templos e palácios. Ora, após a expulsão dos hicsos, aproveitando o *aggiornamento* técnico do Egito ocorrido mediante a intermediação dos hicsos – incluindo nisto a metalurgia mais eficiente do bronze, o carro militar puxado por cavalos, o arco composto e outros elementos de tecnologia militar – e a constituição, em função do processo de luta contra os invasores, de um exército e uma frota permanentes, a XVIII dinastia voltou a formar um império na Núbia, bem mais extenso e consistente do que no passado; e, pela primeira vez na História, existiu um império egípcio na Síria-Palestina, se bem que frouxo em sua organização, apoiado em algumas bases militares egípcias na Ásia e na submissão dos príncipes locais à tributação, configurando uma espécie de protetorado. No próprio Egito, a partir em especial da XIX dinastia, milhares de prisioneiros de guerra foram obrigados a instalar-se no Delta e a prestar serviço militar ao faraó.<sup>8</sup> É evidente que essas novidades tiveram grande impacto no sistema de relações entre egípcios e estrangeiros, ao forçarem a uma convivência de longa duração entre eles, no país e no exterior. Filhos de pequenos reis da Síria-Palestina e de chefes núbios, mantidos como reféns no Egito e criados junto com as crianças do palácio do faraó, em certos casos voltaram à sua terra de origem para assumir o lugar de seus pais quando estes morriam; mas, em outros, permaneceram no Egito e chegaram a ocupar altos cargos. Um bom exemplo é o vizir Aperel – um asiático egipcianizado que serviu à XVIII dinastia na época de Amarna –, cuja tumba foi escavada em Saqqarah.<sup>9</sup> Tradicionalmente, os estrangeiros estabelecidos no Egito eram tratados de acordo com sua posição social e, muito especialmente, seu grau de proximidade à corte; e tinham os mesmos direitos e expectativas (em especial, as de natureza simbólica, por exemplo, no tocante às provisões para a vida depois da morte) que os próprios egípcios. Os artistas do Egito apreciavam representar suas idiossincrasias de aspecto, vestimenta e costumes, mas de um modo que não implicava qualquer discriminação racial.

Observe-se, na próxima página, o gráfico que resume a visão do Estado faraônico do Reino Novo, expressa em inscrições e outros documentos oficiais (mas também na ficção escrita em neogípcio), a respeito dos países estrangeiros.

Nota-se, a partir desse gráfico, a continuidade das concepções tradicionais, mas também o *status* especial de Biblos e de Punt, ambos considerados como “vergeís de Amon”, destinados, respectivamente, a fornecer madeira para



(2) Representa as expedições belicosas, quando Amon entrega a cimitarra de guerra ao faraó.

[Elaborado por Ciro Flamarion Cardoso a partir de fontes variadas de cunho oficial (inscrições) ou ficcional (contos).]

No nível textual, notam-se diferenças consideráveis relativamente a toda a fase anterior a meados do II milênio a.C. Em primeiro lugar, se retomarmos o exemplo asiático, conforme avançava o Reino Novo, os textos relativos à Ásia, se comparados ao *Conto de Sanehet*, do século XX a.C., de que já tratamos, manifestavam um grau de informação e detalhe muito maior do que no passado, o que é especialmente claro no Período Raméssida, isto é, nas XIX e XX dinastias (do século XIII a princípios do século XI a.C.). Um documento, em especial, proporciona itinerários, descrições e uma diversificação e sofisticação da visão espacial da Palestina sem precedentes nos escritos egípcios até então.<sup>10</sup>

Novidade de peso é, também, que a representação dos faraós vencendo os inimigos do Egito continua, mas, agora, embora continuem as figurações tradicionais do tipo genérico do massacre pelo rei dos “Nove Arcos”, aparecem, com frequência, inimigos (hititas, Povos do Mar, líbios) e batalhas históricos e datados, numa concepção mais linear e menos cíclica e repetitiva do tempo político-militar.<sup>11</sup>

Pela primeira vez, em textos egípcios, os estrangeiros tomam a palavra de verdade, aparecendo como agentes e não somente como pacientes. É verdade que, por muito tempo, isto se faz estritamente dentro das convenções egípcias da superioridade do faraó sobre todos os governantes estrangeiros, em passagens absolutamente ficcionais:

*O Grande Príncipe do Hatti enviou uma mensagem ao Príncipe de Quedi: “Prepara-te para que possamos apressar-nos a ir ao Egito e dizer: – A vontade do deus se cumpriu; para que possamos pronunciar palavras apaziguadoras diante de User-Maat-Ra – vida, prosperidade, saúde! –. Ele dá o alento a quem ele quiser: todo país estrangeiro só existe por meio de seu amor. Hatti está sob seu poder único. Se o deus não receber as suas oferendas, ele (= o país dos hititas) não verá (cair) a água do céu, pois ela está sob o comando de User-Maat-Ra – vida, prosperidade, saúde! –, o touro que ama a coragem!”.* (PRITCHARD, 1969, p.470-1)<sup>12</sup>

Uma vez derrubado o Império Egípcio, aparece algo mais radical, isto é, um governante de Biblos contestando, *num texto egípcio*, que a superioridade do Egito ainda exista:

*Sem dívida, Amon fundou todas as terras; mas cuidou delas depois de ter fundado a terra do Egito, de onde vens. Na verdade, dela saíram a eficiência e o ensinamento, mas foi para atingirem o lugar onde estou. O que são estas viagens estúpidas que foste obrigado a empreender?*<sup>13</sup>

Um dos aspectos da nova percepção dos estrangeiros integrados ao sistema egípcio, dentro e fora do Egito, que se constata no Reino Novo, foi, por muito tempo, mal compreendido, considerando-se que – por exemplo, nos hinos de Akhenaton a seu deus, o Aton vivo – indicasse algum tipo de pacifismo ou internacionalismo. Na verdade, trata-se de um detalhamento da concepção tradicional de que os estrangeiros que se submeterem ao faraó, dele receberão o alento da vida (coisa que aparece claramente, por exemplo, no já mencionado *Conto de Sanehet*, do início do Reino Médio, meio milênio antes da época que examinamos). Esse ponto, de todo tradicional, é, agora, detalhado de dois modos: (1) mediante a afirmação de que os deuses do Egito, entre eles o próprio faraó assimilado ao deus solar, garantem a vida e a subsistência, em suas próprias regiões de origem, também aos estrangeiros submissos, cada caso segundo as características de seu próprio país (ver, em passagem já citada, a menção à chuva – “água do céu” – no país dos hititas, bem como, abaixo, a passagem do Grande Hino ao Aton); (2) especificando-se a possibilidade de um renascimento no reino de Osíris igualmente para os estrangeiros pacíficos e integrados ao sistema egípcio, mesmo quando continuassem a residir em seus países respectivos.<sup>14</sup>

A respeito do primeiro ponto acima, a passagem mais famosa é, certamente, esta, que integra o Grande Hino ao Aton, atribuído ao faraó Akhenaton (minha tradução):

*Tu colocas cada homem em seu lugar (apropriado) e crias o que lhe é necessário: cada um dispõe de seu alimento e o seu tempo de vida está exatamente calculado. As (suas) línguas diferem nas palavras, a sua aparência igualmente; as cores de suas peles são diferentes, (pois) distingues os povos estrangeiros. Tu crias a cheia do Nilo no mundo inferior: tu a trazes, segundo desejas, com a finalidade de*

*fazer viver as pessoas (do Egito) do modo que as criaste para ti, o seu Senhor absoluto, que te fatigas em seu benefício, ó senhor de todas as terras, que alvoreces em seu benefício, ó Aton do dia, grande em majestade! (Quanto a) todos os países estrangeiros distantes, tu fazes com que vivam, (pois) estabeleces uma inundação no céu (que) caia para eles, criando ondas sobre as colinas como (as do) mar para irrigar os seus campos em sua região. Quão eficazes são (lit. são eles) os teus desígnios, ó Senhor da eternidade! A inundação celeste existe para os habitantes e os animais de todos dos países estrangeiros, que caminham sobre as patas. A inundação do Nilo vem do mundo inferior para o Egito. Os teus raios alimentam todos os campos: (quando) tu brilhas; eles vivem e prosperam para ti. (GRANDET, 1995, p.110-5)*

Em resumo, o Reino Novo, ao mesmo tempo, reafirmou o modo egípcio tradicional de construção de sua identidade étnica mediante sua diferenciação relativamente aos estrangeiros, que, em meados do segundo milênio a.C., já fazia um milênio e meio de existência. As novidades relativas aos estrangeiros nas concepções oficiais egípcias da segunda metade do segundo milênio a.C. são, sem dúvida, importantes, sem que, por tal razão, o esquema habitual fosse derrubado no essencial.

#### **SHIFT AND OTHERNESS: THE LINK-UP OF DISTANCE AND TRAVEL ALONGSIDE THE WEIRD AND THE WONDERFUL AMONG THE ANCIENT EGYPTIANS**

***Abstract:** the ancient Egyptians maintained strongly spatialized representations of the world and their central position in it. Egypt, identical to the organized universe formed by the creator god, was where true humankind resided, and saw itself as surrounded by chaotic, hostile lands which included deserts not so distant, but also all foreign countries whose inhabitants didn't acknowledge the Egyptian pharaoh's authority. Representations which developed this view were quite stable for a long time. Nevertheless, the creation of an Egyptian empire (sixteenth to eleventh centuries BC) brought about some changes, caused by the fact that Egyptians and foreigners were now less seldom in contact. Texts and iconography generated during the Imperial period allow us to perceive both continuities and changes in the Egyptian way to consider foreigners.*

*Key-words: Egyptology; international relations; social construction of space; Egyptian perception of foreigners; Imperial Period of pharaonic Egypt.*

## Referências bibliográficas

- ALDRED, C. **Akhenaten and Nefertiti**. New York: The Brooklyn Museum-The Viking Press, 1973.
- ASSMANN, J. **The mind of Egypt: History and meaning in the time of the pharaohs**. New York: Metropolitan Books (Henry Holt), 2002.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p.185-227.
- BIERBRIER, M. L. **Historical dictionary of ancient Egypt**. Lanham (Maryland)-London: The Scarecrow Press, 1999.
- BUTZER, K. W. **Early hydraulic civilization in Egypt: A study in cultural ecology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1976, capítulos 6 e 8.
- CARDOSO, C. F. O relatório de Unamon. **Phoînix**, Rio de Janeiro, v.6, p.106-35, 2000.
- DE BUCK, A. **The Egyptian coffin texts**. Chicago: The University of Chicago Press, 1935-1941, 7 v. IV.
- EL-SAYED, R. **Documents relatifs à Saïs et ses divinités**. Le Caire: Institut d'Archéologie Orientale, 1975.
- ERMAN, A. **The ancient Egyptians: A sourcebook of their writings**. Gloucester (Mass.): Peter Smith, 1978.
- FAULKNER, R. O. **The ancient Egyptian coffin texts**. Warminster: Aris & Phillips, 1973, 3 v. I.
- GORDON, C. H. The marriage and death of Sinuhe. *In: MARKS, J. H.; GOOD, R. M. (Org.) Love and death in the ancient Near East: Essays in honor of Marvin H. Pope*. Guilford (Connecticut): Four Quarters Publishing Company, 1987, p.43-4.
- GRANDET, P. **Hymnes de la religion d'Aton: Hymnes du XIV<sup>e</sup> siècle avant J.-C.** Paris: Seuil, 1995.
- HAYES, W. C. Inscriptions from the palace of Amenhotep III. **Journal of Near Eastern Studies**, v.10, p.35-242, 1951.

- HOFFMAN, M. A.; HAMROUSH, H. A.; ALLEN, R. O. A model of urban development for the Hierakonpolis region from Predynastic through Old Kingdom times. **Journal of the American Research Center in Egypt**, v. 23, p.175, 1986.
- HORNUNG, E. **The ancient Egyptian books of the afterlife**. Ithaca-London: Cornell University Press, 1999.
- JANSSEN, J. J. Prolegomena to the study of Egypt's economic history during the New Kingdom. **Studien zur altägyptischen Kultur**, v.3, 1975.
- KEES, H. **Ancient Egypt: A cultural topography**. Chicago: The University of Chicago Press, 1961.
- KEMP, B. J. Unification and urbanization of ancient Egypt. *In*: SASSON, J. M. (Org. principal.) **Civilizations of the ancient Near East**. New York: Charles Scribner's Sons-Simon & Schuster-Macmillan, 1995, 4 v. II, p.679-90.
- KEMP, J. Imperialism and empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 B.C.). *In*: GARNSEY P. D. A.; WHITTAKER C. R. (Org.) **Imperialism in the ancient world**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p.7-57.
- KOCH, R. **Die Erzählung des Sinuhe**. Bruxelles: Éditions de la Fondation Égyptologique Reine Élisabeth, 1990.
- KUÉNY, G. Scènes apicoles dans l'ancienne Égypte. **Journal of Near Eastern Studies**, v.10, p.84-93, 1951.
- LANGE, H. O. **Das Weisheitsbuch des Amenemope aus dem Papyrus 10,474 des British Museum**. Copenhagen: Bianco Lunos, 1925.
- LEAHY, M. A. **Excavations at Malkata and the Birket Habu 1971-1974: The inscriptions**. Warminster: Aris & Phillips, 1978.
- MANLEY, B. **The Penguin Atlas of ancient Egypt**. London: Penguin, 1996, partes 3 e 4.
- MANN, M. **The sources of social power**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- MANNING, J. G. Irrigation et état en Égypte antique. **Annales. Histoire, sciences sociales**, v.57, n.3, p.617-8, 2002.
- NEWBY, P. H. **Warrior pharaohs**. London: Faber & Faber, 1980.
- O'CONNOR, D. The geography of settlement in ancient Egypt. *In*: UCKO, P. J.; TRINGHAM, R.; DIMBLEY, G. W. (Org.) **Man, settlement and urbanism**. London: Duckworth, 1972, p.695-96.
- PARKINSON, R. B. **Voices from ancient Egypt: An anthology of Middle Egyptian writings**. London: British Museum Press, 1991.

- PRITCHARD, J. B. (Org.) **Ancient Near Eastern texts relating to the Old Testament**. Princeton (New Jersey): Princeton University Press, 1969.
- ROTHENBERG, B. *et alii*. **Sinai**. Washington-New York: Joseph J. Binns, 1979.
- SETHE, K. **Urkunden der 18. Dynastie (IV. Abteilung)**. Leipzig: Hinrich, 1906, parágrafo 73.
- SHAW, I.; NICHOLSON, P. **The dictionary of ancient Egypt**. New York: Harry N. Abrams, 1995.
- SIMPSON, W. K. (Org. e Trad.) **The literature of ancient Egypt**. New Haven-London: Yale University Press, 1973.
- SOULIÉ, D. **Villes et citadins au temps des pharaons**. Paris: Perrin, 2002.
- SOUTHALL, A. **The city in time and space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p.15.
- UPHILL, E. P. **Egyptian towns and cities**. Princes Risborough: Shire Publications, 1988. “Shire Egyptology”.
- VALBELLE, D. **Les neuf arcs: Les Egyptiens et les étrangers de la Préhistoire à la conquête d’Alexandre**. Paris: Armand Colin, 1990.
- VERCOUTTER, J. El Imperio Antiguo. *In*: CASSIN, E. *et alii*. **Los imperios del antiguo Oriente: Del Paeolítico a la mitad del segundo milenio**. Madrid: Siglo XXI de España, 1970, p. 236-239. “Historia Universal Siglo XXI”, 2.
- WILKINSON, T. A. H. **Early dynastic Egypt**. London-New York: Routledge, 1999.
- WILSON, J. A. Civilization without cities. *In*: C. Kraeling e R. McC. Adams. (Org.) **City invincible**. Chicago: The University of Chicago Press, 1960, p.124-64.
- ZIVIE, A. **Découverte à Saqqarah: Le vizir oublié**. Paris: Seuil, 1990.

## **Notas**

---

<sup>1</sup> Para a noção de “domínio” como uma unidade administrativa rural constituída por parcelas localizadas em diversos lugares, em raciocínio baseado no Papiro Wilbour, do século XII a.C., cf. JANSSEN, 1975, p.142.

<sup>2</sup> Uma boa descrição sumária dos achados arqueológicos acerca de numerosas cidades egípcias antigas acha-se em UPHILL, 1988; uma síntese mais recente decepçiona devido à absoluta falta de embasamento teórico-metodológico: SOULIÉ, 2002.

<sup>3</sup> Sobre as origens do urbanismo egípcio, ver: WILKINSON, 1999, p.323-43; KEMP, 1995, p.679-90.

<sup>4</sup> Cf. SIMPSON, 1973, respectivamente p.50-6, 101 (passagem do Conto dos dois irmãos), p.133-6.

<sup>5</sup> Cf. CARDOSO, 2000, p.106-35.

<sup>6</sup> Minha tradução. O texto egípcio foi consultado em PARKINSON, 1991, p. 44 (cópia a bico de pena da Estela de Semna).

<sup>7</sup> Herodotus. The Persian wars: Books I-II. Texto estabelecido por G. P. Goold, trad. de A. D. Godley, Cambridge (Mass.)-London, Harvard University Press, 1999, p.316-7. “Loeb Classical Library” n.117.

<sup>8</sup> Cf. KEMP, 1978, cit.; VALBELLE, op. cit., p.133-98.

<sup>9</sup> Ver ZIVIE, 1990.

<sup>10</sup> Referimo-nos à seção “asiática” do texto satírico em que o escriba Hori critica o escriba Amenemope (ERMAN, 1978, p.226-34).

<sup>11</sup> Cf. ASSMANN, 2002, p. 229-83.

<sup>12</sup> Trata-se de uma passagem do Papiro Anastasi II, do século XIII a.C.

<sup>13</sup> Passagem do Relatório de Unamon, que se refere ao início do século XI a.C.: cf. CARDOSO, 2000.

<sup>14</sup> Cf. HORNUNG, 1999, p. 62, 70. A mesma noção reaparece no já mencionado Relatório de Unamon.